

A Floresta Nacional de Tefé: encontros e desencontros das políticas ambiental e agrária na Amazônia

Thaís Brianezi ¹

Na Floresta Nacional de Tefé, criada em 1989, vivem aproximadamente três mil pessoas, consideradas como povos e comunidades tradicionais e reconhecidas como assentadas em 2002. O processo de reforma agrária em unidades de conservação representa um esforço de sinergia entre duas políticas historicamente opostas na Amazônia: a ambiental e a fundiária. O estudo de caso da FLONA de Tefé busca identificar os encontros e desencontros dessa aproximação, a partir da relação entre o Estado e as comunidades. Se por um lado os moradores da FLONA passaram a ser vistos pelos agentes estatais como sujeitos de direitos, por outro, a saída da invisibilidade está condicionada à inserção em um modelo de organização que conflita com a cultura tradicional dessas comunidades.

Povos e comunidades tradicionais; Reforma agrária; Unidades de conservação.

1 Introdução

O Amazonas é palco de uma ação pioneira de reconhecimento dos moradores de unidade de conservação de uso sustentável como assentados. Essa política pública foi iniciada em 1999, a partir de um convênio entre o órgão federal responsável pela gestão das áreas protegidas (o Ibama) e o órgão federal responsável pela reforma agrária (o Incra). Ela se insere no contexto da chamada *reforma agrária ecológica* – termo incorporado

¹ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. tbrianezi@hotmail.com

ao vocabulário governamental, mas que surgiu a partir do processo de organização política dos sindicalistas acreanos, liderados por Chico Mendes, que em 1985 fundaram o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e passaram a lutar pela criação das Reservas Extrativistas (Resex)².

A união entre as ações de regularização fundiária e as de proteção ambiental atingiu também as Florestas Nacionais (FLONAs). Esse tipo de unidade de conservação tem seu histórico ligado ao preservacionismo (DIEGUES, 2000; LITTLE, 2004), linha ambientalista que apostou na delimitação autoritária de áreas protegidas e que promoveu a expulsão de muitos grupos humanos de seus territórios. A FLONA de Tefé não fugiu à regra de criação imposta pelo Estado, sem consulta às *comunidades*³ locais. Criada em 1989 no contexto do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), 14 anos depois essa unidade é alvo de um convênio entre o Incra e o Ibama para a aplicação da política de reforma agrária em benefício de seus cerca de três mil moradores⁴.

A bibliografia sobre Florestas Nacionais e, principalmente, sobre a política de reforma agrária em unidades de conservação é pequena⁵. Este artigo, portanto, pretende contribuir para os estudos sobre a aproximação entre a política fundiária e a política ambiental na Amazônia, tomando como referência o projeto de reforma agrária executado pelo Incra e pelo Ibama na FLONA de Tefé. Centramos nosso olhar sobre esse processo a partir da relação entre o Estado e as comunidades, o respeito à sua cultura tradicional⁶ e a garantia das suas formas de reprodução social.

² Sobre a construção do conceito de reforma agrária ecológica, ver Paula (2003).

³ Ao longo do artigo, o termo aparece tanto como sinônimo de localidade (especialização), traduzindo o uso corriqueiro do vocábulo entre os moradores da FLONA, quanto a partir da perspectiva analítica detalhada no item 2.

⁴ Fonte: levantamento demográfico realizado pelo Ibama, em 2003.

⁵ Ver Hummel (2004) e Simonian (2003).

⁶ Diegues (1996, p. 87) destacou que as chamadas comunidades tradicionais se caracterizam pelo não-uso de trabalho assalariado; produção em pequena escala, baseada no uso equilibrado dos recursos naturais renováveis e no conhecimento dos ciclos biológicos, transmitidos de geração em geração; baixa densidade populacional; combinação de várias atividades econômicas dentro de um calendário complexo; noção de território onde o

A pesquisa de campo foi desenvolvida nos três povoados que constituem as chamadas comunidades-sede das Associações de Moradores da FLONA de Tefé: São João do Mulato, no rio Tefé; São Sebastião, no rio Curumitá de Baixo; e Vila Sião, no rio Bauana. Além da revisão bibliográfica, os dados da pesquisa foram obtidos a partir de observações diretas e de anotações no diário de campo, do preenchimento de um formulário de caracterização das comunidades, da realização de entrevistas semi-estruturadas com 36 informantes (12 em cada localidade estudada), além de entrevistas abertas com técnicos do Incra e do Ibama.

Nenhuma dessas conversas foi gravada – para constranger o mínimo possível os entrevistados, as respostas foram registradas apenas em diário de campo. A escolha dos informantes não seguiu diretrizes estatísticas, mas procurou abranger a heterogeneidade das pessoas que vivem na FLONA (em faixa etária, gênero, ocupação e posição social). Na sua segunda visita à unidade de conservação, em maio de 2006, quando as entrevistas foram realizadas, a pesquisadora passou 10 dias consecutivos em cada localidade, hospedando-se nas casas indicadas pelos presidentes das comunidades⁷. Como não há funcionários do Incra nem do Ibama vivendo na FLONA e a visita deles à região acontece em média duas vezes por ano, o contato com os biólogos, agrônomos e gestores se deu nos escritórios dos dois órgãos: tanto nas sedes estaduais (em Manaus), quanto nas unidades locais (no núcleo urbano de Tefé).

2 Os moradores da FLONA: comunidades tradicionais

Existe um amplo debate teórico sobre o conceito de “comunidades”, utilizado na Amazônia como sinônimo de agrupamentos geográficos com cerca de 20 a 40 famílias, nos quais as casas geralmente estão justapostas em paralelo, ocupando toda a extensão de uma restinga, como se estivessem à beira de uma estrada ou de uma vicinal (PEREIRA *et al*, 2001). Mas para se entender o significado desse termo e seus diferentes

grupo se reproduz econômica e socialmente; importância das atividades de subsistência; importância da unidade familiar e das relações de compadrio; auto-identificação e identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta.

⁷ Na FLONA de Tefé não há estrutura para pernoite de visitantes.

usos sociopolíticos, é preciso ir além do contexto meramente espacial, aproximando-se do conceito de territorialidade nos termos propostos por Cara (1994) e Neves (1994): como um espaço produzido socialmente a partir da mescla da temporalidade e da ação social consciente, como lugares e tempos de ação e de poderes.

O nucleamento dos moradores que vivem ao longo dos rios e lagos do Médio Solimões, em áreas de várzea e de terra firme, foi incentivado pelos Movimentos Eclesiais de Base, principalmente a partir dos anos 1960. Os missionários viam a comunidade como espaço do entendimento, da união de forças para reivindicação de serviços públicos de saúde e educação. Essa invocação positiva e saudosista do termo comunidade, associada ao mito do “paraíso perdido”, foi observada por Bauman (2003). Nessa visão idealizada, que foi criticada pelo autor, a comunidade seria o lugar do entendimento prévio e tácito, sem a necessidade de contratos, onde todos se conhecem e têm direito de esperar por ajuda e solidariedade.

Mas “comunidade” deve ser visto como um termo analítico, mais do que empírico: sua compreensão se dá a partir da oposição à sociedade, pois é por essa dualidade que passam os estudos sociológicos recentes. A Igreja católica participou do processo organizativo dos moradores da beira do rio Tefé, incentivando por meio de missionários o nucleamento de pessoas que estavam geograficamente dispersas. Das três localidades estudadas, São João do Mulato é a única na qual ainda predomina a influência católica – na Vila Sião e no São Sebastião a maior parte dos moradores é seguidora da Assembléia de Deus. Durante a visita anual do Bispo de Tefé à comunidade do Mulato, em 23 de abril de 2006, “Eu sou feliz é na comunidade” foi o título de uma das canções entoadas na missa. A canção revelava o ideal de comunidade fomentado pela Prelazia de Tefé – e sua vinculação com a luta política pela reforma agrária na região. Ela se aproxima da visão positiva e idealizada de comunidade criticada por Bauman, detalhada acima. Reforçando a mensagem cantada, o bispo defendeu expressamente que “as famílias do Mulato deveriam perseguir a utopia de ser um só coração e uma só alma”, o que ilustra bem o entendimento de comunidade como o lugar onde se esboçam as demandas e as reivindicações dos direitos sociais, especialmente as voltadas ao poder público municipal.

A localidade, freqüentemente traduzida como comunidade, constitui uma importante referência de identificação para os moradores da FLONA de Tefé, tanto no interior quanto no exterior dessa unidade de conservação. Em um movimento de pertencimento e exclusão, que funciona como delimitação de fronteiras e reforço da alteridade, a comunidade serve também como referência na organização de atividades de socialização e disputa, como os campeonatos de futebol. Esses torneios são organizados pela Secretaria Municipal de Esportes de Alvarães e divididos por calha de rio. Ser coordenador do time de futebol é uma posição privilegiada na comunidade: no Mulato, não por acaso, ela é ocupada pelo informante reconhecido como “proprietário” da área.

2.1 O comércio de farinha

As três comunidades estudadas localizam-se na chamada terra firme, nas porções elevadas da planície amazônica, não alagadas pela cheia dos rios. Tanto no Mulato quanto no São Sebastião e na Vila Sião, a agricultura familiar é a atividade econômica principal. Os moradores se dedicam principalmente ao “roçado” de mandioca e à “farinhada”.

O grande comprador da farinha produzida nas três comunidades estudadas é o comerciante Roberval dos Santos Takafaji, o “Japonês”, que mora na cidade de Tefé. Em alguns casos, os moradores vão até lá vender diretamente sua produção, mas, em geral, o fazem por meio dos “comerciantes locais” ou “compradores”, que formam uma cadeia de escambo e de crédito que raramente envolve dinheiro em moeda, em um sistema semelhante ao aviamento, que vigorou na Amazônia durante o auge da economia da borracha.

O aviamento obedece a princípios do capitalismo mercantil e se volta para apropriar o excedente do produtor por meio da troca (MACGRATH, 1999). Ianni (1978), ao reconstituir a formação do município paraense de Conceição do Araguaia, observou que a dispersão ecológica da borracha facilitou (e, em certa medida, originou) esse sistema. Isolado, o seringueiro dependia das mercadorias adiantadas pelo aviador e levadas pelo regatão, vendidas a preços exorbitantes. O endividamento era constante: a produção do ano pagava a dívida do ano anterior, o que prendia o trabalhador (em geral migrante nordestino) à região amazônica. Além disso, a dívida se reproduzia em cadeia: o próprio aviador era um deve-

dor do exportador. A grande quantidade de terra devoluta disponível e a pouca mão-de-obra deixavam os patrões apreensivos: para evitar a emancipação dos seringueiros, a estratégia de dominação envolvia a armadilha do crédito e da dívida.

No Mulato, o “comprador” (comerciante que funciona como representante do “Japonês”) é o morador mais antigo da comunidade, auto-intitulado (e reconhecido pelos vizinhos) como “proprietário” da área. Ele possui uma pequena venda flutuante, ancorada em frente à sua casa, que fica fechada durante a maior parte do dia. Mas, quando alguém precisa comprar algo, basta chamar um dos seus 12 filhos para abrir o comércio (ele e sua esposa tiveram 16 filhos, sendo que quatro “não vingaram”). A maior parte das mercadorias ofertadas no local – como açúcar, café, sabão em barra, óleo de soja, bolachas, bombons, gasolina, tabaco, cigarro, sal, refrigerante, manteiga – é comprada fiado e paga em farinha.

Na Vila Sião, a situação não é muito diferente. Lá também existe apenas um comércio flutuante, cujo dono constitui outro comprador de mercadorias industrializadas de Roberval Takafaji e seu fornecedor de farinha. Mas a comunidade-sede da Associação de Moradores do Rio Bauana possui ainda uma “tiosca” (maneira pela qual os moradores chamam uma pequena taberna – um cômodo de madeira com uma janela que serve de contato entre o vendedor e os fregueses) onde se vendem salgadinhos industrializados e refrigerantes. Além disso, uma das informantes da Vila vende alguns pequenos objetos da cidade, como materiais de escritório; e outro informante comercializa pão de fabricação caseira.

No São Sebastião não há mercadinhos flutuantes, mas duas “tioscas” e três “motores” (como os moradores chamam os barcos regionais), que também funcionam como pontos de venda de produtos da cidade e de locais de compra e transporte de farinha. Eles fornecem aos moradores alimentos industrializados e pequenas mercadorias que compram em Tefé, do “Rei da Farinha”. Esses motores são versões modernas dos regatões que desde o início da ocupação européia, no século XVII, têm exercido papel fundamental no sistema de escoamento da produção rural amazônica e no fornecimento de produtos industrializados aos ribeirinhos. Durante o auge da economia gomífera, eles serviram aos extrativistas como uma estratégia de resistência ao controle do patrão, que

buscava pelo endividamento a exclusividade nas trocas comerciais com os seringueiros. Mas com a expansão da fronteira agrícola, nas décadas de 1970 e 1980, o que era uma luta individual entre o soldado da borracha e o patrão se torna batalha coletiva dos seringueiros pela sobrevivência da economia extrativista. A partir daí, os focos de resistência migram da esfera comercial para a esfera da produção: o regatão passa, então, a ser visto como inimigo, porque desvia produtos que deveriam ser vendidos por melhor preço por meio de associações locais (MACGRATH, 1999).

Um informante do Mulato explicou que o preço da farinha varia de acordo com a qualidade do produto, avaliada pelo comprador. A mais valorizada é a farinha classificada como “ova” (com “caroços” mais uniformes), seguida da “amarela” (um pouco mais grossa) e da “comum”. A qualidade da farinha é diretamente proporcional à rapidez entre a colheita da mandioca e o momento em que a massa for torrada – e depende também da habilidade do trabalhador em não deixar que a massa queime ou fique grossa demais. Quando a pesquisa de campo foi realizada, o “Rei da Farinha” pagava os seguintes preços por quilograma: R\$ 2,00 para a farinha “ova”; R\$ 1,90 para a “amarela” e R\$ 1,80 para a “comum”.

3 A reforma agrária ecológica: da inserção institucional à conquista de direitos

Os moradores da FLONA de Tefé inseridos no processo de reforma agrária estão imersos no contexto contraditório, mas indissociável, de dominação e de reconhecimento de direitos marcado pela ação do Estado. Cerca de um ano após a assinatura do convênio entre o Incra e o Ibama, eles criaram, com incentivo do poder público, três associações juridicamente válidas e organizadas por calhas de rio. A Associação dos Moradores do Rio Tefé foi registrada em julho de 2003, com 45 associados – na época da pesquisa, esse número havia subido para 145. Ela representa 10 comunidades: São João do Mulato, Bom Jesus, Caru, Tuiuca, Campo Novo, Estirão do Curumitá, Itaúba, Boa Vista, Vila Moura e Ponta de Sorva. A Associação dos Moradores do Rio Curumitá de Baixo

foi registrada dois meses depois, em setembro de 2003, com cerca de 30 integrantes – número que, no período da pesquisa, havia crescido para 170. Ela engloba pessoas de 11 comunidades: São Sebastião, Preciosa, Morada Nova, Boa Sorte, São Francisco, Santa Maria, Táxi, Boa Vista, São José do Pente, São Tomé – Lago do Pente e Santa Rosa. Já o registro da Associação dos Moradores do Rio Bauana aconteceu em outubro de 2003, com 38 membros – quantidade que aumentou para 83. Esses associados vivem em seis comunidades: Vila Sião, Joarituba, Tiririca, Felicidade, Saia de Cima e Mungubal.

A criação dessas associações foi uma exigência do Inbra para viabilizar o recebimento direto dos créditos fomento e habitação, que só poderiam ser repassados pelo Inbra a uma pessoa jurídica. Se não houvesse uma entidade comunitária juridicamente constituída na FLONA de Tefé, essa verba seria enviada às prefeituras de Tefé e de Alvarães, que fariam sua distribuição aos assentados. Além da exigência burocrática, os técnicos do governo federal, tanto do Inbra quanto do Ibama, afirmam ter incentivado o associativismo como uma forma de potencializar a organização socioprodutiva dos moradores da FLONA de Tefé e de melhorar a relação deles com o poder público e sua inserção no mercado.

Mas, conforme relatado no item 2, as famílias que habitam as margens dos rios Tefé, Bauana e Curumitá de Baixo já haviam construído desde os anos 1960, com influência da Igreja católica, sua forma própria de organização. Apesar de não estar inserida no universo da regulação estatal, dos registros formais, ela se constituiu também como uma maneira direcionada de dialogar com os poderes públicos, notadamente o municipal. A partir do nucleamento desses moradores e da eleição de presidentes das comunidades, os prefeitos e vereadores vislumbram interlocutores que representam os ribeirinhos nas suas reivindicações por serviços de saúde, educação e assistência. No interior das comunidades, esse processo se baseia nos princípios cristãos de valorização da solidariedade e da cooperação, centrados nas relações familiares e de vizinhança. Temos, assim, a ocorrência de mutirões de limpeza, de ajuris de roçado e de trocas de dia de trabalho, por exemplo.

Essas formas tradicionais de organização nem sempre são consideradas pelo modelo de gestão institucional, conforme destaca Almeida (2001). O autor observa que “a monotonia e a homogeneidade de estatutos utili-

zados, seja no centro-sul ou na Amazônia, bem revelam uma noção de 'comunidade' que menospreza especificidades" (ALMEIDA, 2001, p. 7). De fato, os estatutos das três associações de moradores da FLONA de Tefé são idênticos – todos eles foram escritos pelo chefe da unidade e por outro servidor do Ibama que também atuava na área. Para ser membro das três associações (ESTATUTOS, 2003, p. 8), por exemplo, é preciso ter mais de 16 anos e viver na margem direita ou esquerda do rio que nomeia a entidade. Os documentos não citam como requisito morar dentro da FLONA de Tefé ou ser oficialmente reconhecido pelo Inbra como assentado, embora os presidentes das três associações tenham relatado essa exigência. Essa diferença reforça a impressão de que o texto dos estatutos está distante da realidade vivenciada pelos associados.

A rigor, todos os membros dessas associações devem pagar uma taxa mensal (que na época da pesquisa era de R\$ 5) para desfrutar dos bens comuns da entidade, mas menos da metade dos membros estava contribuindo monetariamente. Um dos motivos apontados pela presidente da Associação de Moradores do Rio Tefé foi a dificuldade em fazer o recebimento e a cobrança regular do valor devido, em virtude das barreiras de comunicação e transporte. A distância entre comunidades que compõem a mesma associação, que pode chegar a 16 horas de viagem, também gera contradições no processo organizativo: embora por princípio os investimentos, bens e projetos da entidade devessem beneficiar todos os associados, na prática eles estão concentrados nas comunidades-sede, justamente aquelas estudadas por esta pesquisa. Os estatutos prevêm, inclusive, que em caso de dissolução o patrimônio social e bens permanentes da associação permanecerão na comunidade-sede.

Uma das estratégias dessas associações para conseguirem se estruturar foi reunir parte do crédito fomento recebido pelos assentados para realizar compras coletivas. A Associação de Moradores do Rio Tefé, por exemplo, já comprou um barco e uma balieira (canoa motorizada): dos R\$ 2,4 mil que cada família receberia na forma de alimentos e equipamentos de trabalho, R\$ 400 foram destinados a essas aquisições. A primeira delas foi o barco Arari, que custou R\$ 37 mil, mas que estava parado necessitando de reformas no casco e no teto. A presidente da associação,

que passa as noites na embarcação com o marido⁸, para que ela não seja roubada, relatou que esses defeitos já eram conhecidos no momento da compra, já que o Arari funcionava como regatão e passava semanalmente na comunidade do Mulato. A balieira é fruto da terceira leva de assentados do rio Tefé que receberam o crédito fomento – a segunda turma doou dinheiro para a compra de um flutuante, que na época da pesquisa ainda não havia sido efetivada. Os associados divergiam sobre o local onde o flutuante deveria ser fixado: se na comunidade-sede da associação, para estocar a produção de farinha, ou na cidade de Tefé, para servir de local de hospedagem àqueles que necessitarem pernoitar lá.

Na Associação dos Moradores do Rio Curumitá de Baixo, o valor recolhido dos assentados foi inferior (R\$ 300), embora os investimentos coletivos acordados em assembléia tenham sido semelhantes: um barco estilo regional, uma balieira e a construção de uma sede para a entidade (esse último, no momento da pesquisa, ainda não efetivado). O presidente da associação revelou que pensou em alterar o plano para a compra de um flutuante – mas que, como o projeto estava registrado em ata, seria necessário fazer uma nova assembléia para modificá-lo, o que o levou a desistir da idéia.

Na Associação dos Moradores do Rio Bauana a contribuição também foi de R\$ 300, mas a primeira leva de assentados a receber o crédito fomento não concordou com a compra coletiva. Um informante revelou que o presidente da entidade defendeu a compra de um barco, mas a proposta não foi aprovada porque os moradores da Vila Sião e do entorno já contavam com uma embarcação da Assembléia de Deus, cujos custos ajudavam a pagar. Além disso, elas já dispunham de um barco recreio da prefeitura de Alvarães, que semanalmente cruza o rio Bauana, indo e vindo da sede de Tefé. Por isso, lá, houve apenas dois projetos de aquisições conjuntas: de uma balieira, já realizado, e de um flutuante, ainda em processo de compra.

Apesar de esses investimentos coletivos terem sido discutidos e aprovados nas assembléias das associações de moradores, os relatos de parte dos informantes revelam que alguns assentados perceberam a contribuição como uma imposição: “Não dei, eles tiraram; o plano foi deles. O

⁸ Apesar de eles terem casa própria na comunidade, nova, construída com o crédito habitação distribuído pelo Incra.

plano já veio de cima” (entrevista, comunidade São Sebastião, 2006). Na Vila Sião, essa queixa também foi registrada: “Eles que queriam, a gente nem sabia. O dinheiro não tava na mão da gente mesmo. O jeito foi aceitar” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006).

Na FLONA de Tefé ainda não existe Acordo de Pesca, embora seus rios e lagos sejam locais de trabalho de muitos pescadores profissionais do Médio Solimões. Para tentar tirar benefício dessa atividade, as três associações fizeram um acordo informal com a Colônia de Pescadores de Tefé para divisão do pescado capturado dentro da unidade. Pelo trato estabelecido, cuja negociação contou com acompanhamento do Ibama, parte dos peixes coletados próximo às comunidades deve ser doada aos moradores, exclusivamente para alimentação deles⁹. Nos três povoados onde a pesquisa foi realizada as pessoas dedicam a maior parte do dia à agricultura familiar, restando pouco tempo para a pesca. Na cheia, principalmente, o nível dos rios dificulta a captura dos peixes, e o pescado distribuído pelos pescadores profissionais contribui para o sustento das famílias – embora não se possa contar somente com ele, já que não é possível prever quando haverá um barco pesqueiro passando pelo local.

Os atuais presidentes das associações de moradores dos rios Tefé, Bauana e Curumitá de Baixo ocupam a segunda gestão das entidades, sendo que um deles já está no seu segundo mandato (as eleições acontecem a cada dois anos). Os três foram eleitos nas assembléias anuais das respectivas associações que atualmente dirigem. Nesse processo, o chefe da FLONA de Tefé exerceu uma influência direta: a pedido dele, o pastor do São Sebastião intercedeu junto ao presidente da Associação de Moradores do Rio Curumitá de Baixo para que ele concorresse à reeleição e imprimiu em sua casa (a única equipada com computador e impressora, nos três povoados pesquisados) panfletos de campanha. O atual presidente da comunidade Vila Sião e coordenador local do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) também revelou que o chefe da FLONA estava insistindo para que ele se candidatasse ao cargo de presidente da Associação dos Moradores do Rio Bauana na próxima

⁹ No Mulato, a pesquisadora presenciou a conversa entre a presidente da Associação de Moradores do Rio Tefé e seu marido, quando ele voltava de uma pescaria frustrada, trazendo para casa apenas três peixes pequenos. Ela então lhe sugeriu que fosse buscar peixe na comunidade vizinha, Bom Jesus, onde naquele momento havia um barco de pesca em operação.

eleição, mas acrescentou que não pretendia seguir a sugestão, porque já estava sobrecarregado com as atividades da Vila Sião e do Pronera.

A institucionalização de organizações tradicionais traz o risco de afastar e despolitizar os representados, na medida em que privilegia a participação dos chamados “militantes profissionais” – pessoas com tempo para se dedicar à causa e para construir uma burocracia e um linguajar próprios (BORDIEU, 1990). Mas os dominados só se constituem enquanto grupo ao se despossuírem em favor de um porta-voz: devem, portanto, correr o risco da alienação política em um plano mais local para justamente escapar dela em um plano mais amplo. Na FLONA de Tefé, nas três comunidades pesquisadas, há indícios de que o processo de representação institucional inaugurado com a criação das três associações de moradores esteja potencializando algumas estratégias já usuais de socialização. Conforme já descrito, esses povoados surgiram a partir de um processo organizativo fomentado pela Igreja católica, cujos catequistas e missionários convidavam os chamados “ribeirinhos” para a realização de trabalhos voluntários coletivos de limpeza, de construção de escolas ou de roça, por exemplo – conhecidos no Amazonas como mutirões ou aju-ris. No Mulato, 42% dos informantes afirmaram que essas atividades coletivas aumentaram após o início da implantação da política de reforma agrária na comunidade.

No São Sebastião, 42% dos informantes fizeram uma avaliação positiva do efeito da associação de moradores sobre as atividades comunitárias coletivas. Aqui, porém, o informante que apresentou uma avaliação contrária à da maioria também foi enfático nos seus argumentos: “Os mutirões de limpeza aumentaram logo que começou a reforma agrária. Mas agora estão diminuindo. As pessoas construíram lixeiras, mas não estão usando” (entrevista, comunidade São Sebastião, 2006). Já na Vila Sião, a maior parte dos informantes (59%) respondeu que a criação da associação de moradores foi seguida de um aumento na realização de atividades comunitárias coletivas.

Apesar de imposta pelo Incra, a criação das associações de moradores parece estar se revelando aos assentados da FLONA de Tefé como oportunidade de melhoria das condições de vida. Na Vila Sião e no Mulato, a maior parte dos informantes (91,6%) afirmou que acha importante a criação da Associação de Moradores do Rio Tefé: “Antes era só comuni-

dade e nunca recebemos nada. Pela associação, já recebemos muitas coisas do presidente Lula. Antes o prefeito passava ano sem vir aqui. Agora tem andado sempre na comunidade, reparando” (entrevista, informante do Mulato, 2006).

No São Sebastião, todas as pessoas entrevistadas responderam afirmativamente à pergunta “O senhor acha importante a criação da Associação de Moradores do Rio Curumitá de Baixo?”. Um dos motivos apontados foi justamente o reconhecimento oficial como cidadão portador de direitos que devem ser assegurados pelo Estado: “A gente se sente mais enxergado pelo governo, cada vez trazendo mais projetos para a gente. Isso é muito bom” (entrevista, comunidade São Sebastião, 2006).

3.1 O cadastramento: o primeiro passo para o acesso ao crédito agrícola

A documentação pessoal é condição indispensável para que o brasileiro tenha acesso às políticas públicas nas mais diversas áreas, notadamente a linhas de financiamento produtivo. À assinatura do convênio de cooperação técnica entre o Incra e o Ibama, segue-se o registro dos moradores da unidade de conservação no Sistema de Informações de Projeto da Reforma Agrária (Sipra). Na FLONA de Tefé, 411 famílias¹⁰ já foram cadastradas pelo Incra. Para isso, elas precisam ter carteira de identidade (também denominado Registro Geral ou apenas R.G.) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.). Em 2004, segundo levantamento realizado por consultores contratados pelo Ibama, 40% dos “chefes de família” da FLONA de Tefé e 49% dos moradores em geral (IBAMA, 2004) não possuíam carteira de identidade.

Uma técnica do Incra que participou do cadastramento das famílias relatou que em algumas localidades os servidores do Incra e do Ibama foram obrigados a realizar mutirões para a retirada desses documentos. Mas nas três comunidades estudadas, porém, foi pequeno o número de informantes que precisou fazer o documento de identidade ou o C.P.F

¹⁰ Dados extraídos de uma tabela repassada à pesquisadora pela chefe da unidade avançada do Incra em Tefé, em junho de 2006. Essa quantidade contradiz o dado oficial do Ibama de que na FLONA de Tefé há 360 famílias. A diferença talvez se explique pelo fato de o mais recente levantamento demográfico do Ibama ter sido realizado em 2003, o que levanta a hipótese (não investigada por esta pesquisa) de que, diante da distribuição de crédito, a população da unidade de conservação tenha aumentado.

durante o processo de cadastramento como assentado – em parte porque outros programas de retirada imediata e gratuita de documentos, como o Pronto Atendimento Itinerante (PAI) do governo estadual, já haviam atuado nessas localidades.

O abismo entre o mundo burocrático e a realidade informal tradicionalmente vivenciada por essas três comunidades da FLONA de Tefé pode ser exemplificado pela constatação de que não raro o nome de registro de uma pessoa não corresponde àquele pelo qual de fato ela é denominada. Na família de uma informante da comunidade Mulato, por exemplo, a documentação de seus filhos revela essa distância entre a burocracia e o cotidiano desses moradores da zona rural do Médio Solimões: Euzilene foi registrada como Maria José; Valdemir, como Valdemar; Talila, como Divina. A explicação para essa diferença, dada pela informante, é a de que seu falecido marido – que viajava a Tefé para fazer os registros de nascimento no cartório – costumava escolher um nome diferente daquele que escolhera; mas, no dia a dia, o nome de preferência da mãe acabava prevalecendo e, por meio do uso e do costume, vencendo a denominação legal dos filhos.

3.2 As novas moradias

Toda família recém-assentada pela política nacional de reforma agrária tem direito ao crédito implantação – modalidade habitação, que atualmente correspondente a R\$ 5 mil¹¹. Esse valor não é distribuído em espécie, mas na forma de materiais e serviços para a construção de uma casa. A idéia do crédito é oferecer ao assentado que em tese está chegando ao local a possibilidade de erguer uma moradia - mas as pessoas que vivem em unidades de conservação reconhecidas como projetos de reforma agrária, via de regra, já moravam na área antes que o convênio entre o Ibama e o Incra fosse formalizado. Assim, na FLONA de Tefé, para receber o crédito habitação as famílias foram obrigadas a construir uma casa nova, seguindo o modelo proposto pelos engenheiros do Incra.

A transformação na paisagem proporcionada pela construção das novas casas foi a citação mais recorrente no depoimento dos informantes sobre as principais mudanças que o projeto de reforma agrária, ainda em an-

¹¹ Valor referente a maio de 2006.

damento, já havia trazido para sua comunidade. No Mulato, 75% dos entrevistados destacaram as casas novas em suas respostas: “A comunidade aumentou, as casas são de mais valor. Morava mais de uma família na mesma casa e agora separou. Teve também a melhoria de transporte. Tinha gente que ia morrer e não ia conseguir um motor nem uma casa dessa” (entrevista, comunidade Mulato, 2006).

A nova moradia também foi lembrada como fator de motivação dos moradores na busca por outras melhorias de infra-estrutura: “Muita gente nunca tinha sonhado de ter uma casa boa, confortável. Tinha gente que nem casa tinha, morava com os outros. A mudança que eu vi foi essa aí. Eu acho que nem na cidade não é todos que tem uma casa dessa. Tá todo mundo mais animado morando na casa nova” (entrevista, comunidade do Mulato, 2006). Além disso, as casas novas apareceram no relato dos informantes como sinal de modernidade: “As comunidades eram mais desorganizadas, agora estão mais padronizadas. De primeiro, as casas eram mais primitivas” (entrevista, comunidade Mulato, 2006).

No São Sebastião, 41,6% dos informantes lembraram a construção das casas novas, ao falar sobre as mudanças provocadas pela política de reforma agrária na FLONA de Tefé. Os comentários deles foram similares aos dos informantes do Mulato: “As moradias eram velhas e hoje estão novas. Para fazer uma casa dessas, a gente tinha que ralar muito” (relato verbal, comunidade São Sebastião, 2006). O tamanho das residências foi outro fator que ganhou destaque: “As casas que estão saindo são grandes, agora tá organizado” (relato verbal, comunidade São Sebastião, 2006).

Na Vila Sião, as casas novas foram citadas por metade dos informantes. Ora, elas apareceram como prenúncio de outras mudanças aguardadas pela comunidade: “Mudou muito porque antes não tinha as casas. Agora tá mais bonito, tem mais limpeza. A gente estava em um lugar que desprezava, que não tinha assim andamento. A esperança agora é melhorar mais” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006). Ora, as novas casas surgem como a possibilidade de divisão de núcleos familiares que habitavam a mesma residência: “Tinha parente meu que não tinha casa, mas agora já tem. Outros ainda não têm, mas têm chance de ter” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006). Os relatos também revelam que as casas novas são interpretadas como possibilidade de inserção de seus

proprietários na sociedade do consumo: “Na área social já houve mudança muito grande. Porque antes muitas pessoas moravam em casas abaixo do nível da pobreza. Agora elas têm casas boas e bonitas. Isso incentiva o povo do interior a ter mais objetivo, a comprar móveis” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006).

A maioria¹² dos informantes que já receberam o crédito habitação afirmou que os técnicos do Incra e do Ibama discutiram com a comunidade a escolha do modelo da casa, que deveria ser seguido por todos. A padronização serve como sinal diacrítico de reconhecimento da comunidade como uma área beneficiada pela política de reforma agrária – ou seja, como uma divulgação das ações do governo federal. Na FLONA de Tefé, a proposta elaborada pelo engenheiro do Incra foi de uma casa de madeira, de oito metros de largura por 10 de comprimento, divididos entre varanda, sala, cozinha, dois quartos, despensa e banheiro. Essa planta básica poderia ser modificada internamente, desde que fossem respeitados o tamanho mínimo, a existência de banheiro e a fachada.

A maior parte das construções antigas da FLONA de Tefé tinha teto de brasilite ou, em menor número, de palha. Mas as moradias construídas com o crédito do Incra, necessariamente, usaram o alumínio nas suas coberturas, o que desagradou parte dos informantes, em virtude do barulho ocasionado durante as chuvas mais fortes:

A Tereza e o Astrogildo (*Tereza Leão, chefe da unidade avançada do Incra em Tefé, e Astrogildo Moraes, chefe da FLONA*) disseram para a gente escolher alumínio, porque era mais fácil de carregar, durava mais. O brasilite faz menos barulho, mas é mais quente. O teto da minha casa antiga era de palha de ubi. O melhor é canaã, mas aqui não dá (relato verbal, comunidade Mulato, 2006).

A mobilidade dos moradores da zona rural do Médio Solimões – o “subir e descer o rio” – é alta. Nesse processo, é comum que as famílias desmanchem suas casas de madeira e carreguem consigo o material da

¹² No Mulato, seis (75% dos que construíram a casa); na Vila Sião, sete (87,5%); no São Sebastião, quatro (80%).

construção, para com ele erguer novamente a moradia em um novo ponto de fixação. Mas as casas construídas com crédito habitação não respeitam essa dinâmica: “Se não vier (*a casa nova, que eles ainda não receberam*) é até bom, porque é uma casa que a gente não pode vender, não pode desmanchar para levar para outro canto” (entrevista, comunidade Mulato, 2006).

Um informante da Vila Sião afirmou que construiu com recursos próprios mais um quarto, “porque não adianta dar casa de dois quartos para uma pessoa que tem cinco filhos”. De fato, apesar de a planta da casa proposta pelo engenheiro do Incra ter dois dormitórios, 67% das residências dos informantes no Mulato, 70% na Vila Sião e 84% no São Sebastião abrigam cinco ou mais moradores.

A não-existência de banheiros nas casas da zona rural da Amazônia é um fator importante na análise do cotidiano dos moradores, que costumam defecar e urinar atrás das árvores (durante a seca) ou diretamente no rio (na época da cheia). Por isso, na FLONA de Tefé, a exigência do Incra em se ter banheiro nas casas construídas com crédito habitação está modificando alguns hábitos dos moradores do Mulato, Vila Sião e São Sebastião.

Apesar de imposta, a construção de banheiros no interior das casas foi avaliada positivamente pelos informantes. Entre as melhorias que eles destacaram está o fato de não precisarem mais se molhar para “fazer as necessidades” quando está chovendo e a diminuição do risco de serem picados por animais peçonhentos, especialmente à noite: “Isso toda a vida eu sonhei. Não tem coisa melhor. As crianças de noite sem ter que andar no mato” (entrevista, comunidade Mulato, 2006). A melhora na limpeza e no odor da comunidade, contribuindo para a saúde dos moradores, também foi lembrada pelos informantes: “A gente já queria fazer, mas não tinha orientação. O banheiro de casinha atrai moscas e ajuda a espalhar os vermes” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006).

Mas o funcionamento dos banheiros nas três comunidades estudadas ainda é precário, porque não há sistema de encanamento de água, uma responsabilidade do poder municipal. Segundo relato dos informantes, as obras de canalização da água na FLONA de Tefé foram um compromisso assumido pelo atual prefeito de Alvarães durante sua campanha para eleição – promessa, entretanto, ainda não efetivada: “O lado ruim

é que tem que buscar água. O prefeito prometeu encanar e estamos esperando. Mas ele só deve fazer isso no fim do mandato, durante a campanha” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006).

Os moradores, portanto, continuam a fazer sua higiene pessoal diretamente no rio¹³ e são obrigados a carregar água nos baldes para efetuar a descarga do vaso sanitário. Em geral, como esse trabalho de carregar água é pesado, as pessoas esperam acumular fezes e urina antes de esvaziar a privada, o que ocasiona mau cheiro na casa. Esses problemas não passam despercebidos pelos informantes: “Seria melhor ter um banheiro completo. Aqui tá só a bacia. Para usar tem que carregar água do rio” (entrevista, comunidade Mulato, 2006).

As casas financiadas pelo crédito habitação foram construídas, em sua maioria, pelos próprios moradores, geralmente com esforço do próprio núcleo familiar¹⁴, com auxílio de serradores e marceneiros profissionais. As três associações de moradores da FLONA participaram ativamente do processo de construção das novas moradias. Foi na conta bancária delas que o Incra depositou o valor relativo ao crédito habitação das famílias cadastradas, para que, após um processo simplificado de licitação¹⁵, fossem comprados os materiais de construção. O pagamento dos serradores e marceneiros contratados para atuar nas obras também se deu por meio das associações: no início, por orientação dos gestores do Incra e do Ibama, o dinheiro era repassado diretamente pelo presidente de cada associação aos trabalhadores. Mas, aos poucos, esse procedimento se mostrou inviável, não apenas em termos de logística, mas também de fiscalização: mais de um informante relatou que, por falta de acompanhamento da pessoa que estava realizando o pagamento, alguns mestres-de-obras trabalharam sem receber e outros receberam sem ter concluído o trabalho. Por isso, os presidentes das associações passaram a distribuir a verba para contratação dos serviços de construção aos pre-

¹³ Os homens e mulheres tomam banho de roupa. Quando querem lavar melhor as chamadas partes íntimas do corpo, em raros casos, carregam água no balde até o banheiro.

¹⁴ Os mutirões comunitários foram pouco utilizados na construção das casas. Em geral, eles serviram de estratégia de aceleração das obras apenas na fase final, de acabamento das moradias.

¹⁵ Por meio de três cartas convites, enviadas à empresas de Tefé, privilegiando o comércio local.

sidentes das comunidades, que faziam o pagamento dos trabalhadores. Ainda assim, houve problema na prestação de contas: na assembléia anual da Associação de Moradores do Rio Tefé, por exemplo, que aconteceu em fevereiro de 2005, descobriu-se que havia R\$ 2,6 mil de gastos não justificados, valor coberto pela prefeitura de Alvarães¹⁶.

3.3 Distribuição de ferramentas de trabalho

O passo seguinte ao cadastramento dos assentados no Sipra é a distribuição do chamado crédito implantação - modalidade fomento, no valor de R\$ 2,4 mil por família. Esse recurso não é disponibilizado na forma financeira, mas sim de produtos: cestas básicas (com valor equivalente a R\$ 1 mil) e implementos agrícolas (com valor equivalente aos R\$ 1,4 mil restantes)¹⁷. De acordo com relatos de uma técnica do Incra que atua na FLONA de Tefé, foram os presidentes das Associações de Moradores dos Rios Tefé, Bauana e Curumitá de Baixo que anotaram quais instrumentos de trabalho cada família gostaria de receber. Com base nos produtos listados e suas respectivas quantidades, os técnicos do Incra e do Ibama coordenaram um processo de concorrência pública simplificada entre os comerciantes locais, a partir da tomada de preço por carta-convite.

A escolha das mercadorias que concretizariam o crédito fomento, porém, não era completamente livre: ela teve como limite uma lista de produtos previamente definidos pelos técnicos do Incra e do Ibama, com consulta aos presidentes das associações. No Mulato, Vila São e São Sebastião os informantes puderam escolher entre os seguintes produtos para compor o valor total do crédito fomento a que tinham direito: forno de torrar farinha, motor rabeta, tarisca ou bola (roda de ralar a mandioca), bota, enxada, terçado e motosserra.

No Mulato, todos os informantes foram unânimes em afirmar que esses equipamentos melhoraram suas condições de trabalho: “Um forno desse, para comprar com trabalho, seria R\$ 700,00. No caso, ganhamos de mão beijada” (entrevista, comunidade Mulato, 2006). O fato de os informan-

¹⁶ Segundo relato da presidente da associação – reforçado por comentários de outros informantes – esse gasto não justificado não se deve a desvio de verba, mas à dificuldade em conseguir notas fiscais na região.

¹⁷ Valores referentes a maio de 2006.

tes, em sua maioria, já possuem os instrumentos distribuídos pelo In-cra não foi considerado desvantajoso por eles:

O motor serve tanto para andar quanto para sevar farinha. A gente já tinha um motor 11 (*hp, medida de potência*), mas ele pesa muito. Agora usamos o novo (*de 5,5 hp, menos potente*) para a bola. Antigamente a ralação da mandioca era na mão. Hoje já é difícil encontrar quem ainda não use motor (entrevista, comunidade Mulato, 2006).

Poucos são os informantes – apenas um morador da Vila Sião e outro do São Sebastião – que ainda não haviam recebido o crédito fomento. Nas duas comunidades, também, outros dois informantes destoaram da avaliação geral positiva sobre a distribuição dos instrumentos de trabalho, ao afirmarem que essas novas ferramentas não melhoraram as condições de produção nas comunidades estudadas.

Assim como no Mulato, na Vila Sião e São Sebastião a maior parte dos informantes (83,3%) aprovou a implementação do crédito: “Eu gastava uma hora para chegar no roçado de canoa. Agora levo vinte minutos. A gente também usa o motor para sevar mandioca” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006).

4 A relação entre os moradores da FLONA e política ambiental

A apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável pelo discurso oficial muitas vezes cumpre o papel de legitimar a expansão do capitalismo em áreas como a FLONA de Tefé, nas quais a natureza não foi completamente degradada e onde o modo de produção ainda é mercantil (STAHEL, 1995; DIEGUES, 2000). As políticas de desenvolvimento ditas sustentáveis oscilam entre o meio ambiente restritivo e o meio ambiente lucrativo, ainda sendo pouco vistas como a expressão de uma luta social e política (ACSELRAD, 1995). É preciso examinar, pois, as contradições ideológicas, sociais e institucionais do discurso da sustentabi-

lidade, para que ele não seja apenas retórica, um “enverdecimento” do estilo atual de desenvolvimento como sugere Guimarães (1997).

Para se modificar a relação entre os homens e a natureza, é preciso alterar a relação dos homens entre si. A superação da pobreza e a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação são metas fundamentais para construção de um modelo de desenvolvimento que respeite o tempo de reprodução da natureza. Nos debates internacionais sobre estratégias de conservação ambiental, o relatório Brundtland, publicado em 1987, já preconizava que problemas do meio ambiente não podiam mais ser dissociados dos problemas do desenvolvimento. Cada vez mais ganhava força a percepção de que as conseqüências de como os seres humanos utilizam os recursos naturais do planeta revelam a estrutura e o padrão de relações sociais entre os próprios seres humanos. Neste sentido tentam caminhar as experiências da chamada reforma agrária ecológica, ao conceber a política ambiental a partir da garantia do direito ao território das chamadas populações tradicionais, valorizando o papel socioambiental da terra de proteção do meio ambiente e das culturas a ele associadas (LEROY e PACHECO, 2003/04).

A política ambiental do governo brasileiro e das agências multilaterais vem, nos últimos 25 anos, deslocando-se do preservacionismo para o socioambientalismo (SANTILLI, 2005). Esse movimento, embora positivo, traz em si o risco de que as estratégias e ações do Estado e das organizações não-governamentais congelem os pequenos produtores familiares no papel de guardiões da floresta, não reconhecendo como direitos suas aspirações por melhores condições de infra-estrutura, saúde e educação. O cadastramento dos moradores da FLONA de Tefé como assentados está ligado à idealização da chamada cultura tradicional, mas também é fruto do processo de organização dos trabalhadores extrativistas da Amazônia Ocidental. A partir do convênio entre Incra e Ibama, as pessoas que vivem na FLONA de Tefé saíram da invisibilidade a que estavam condenadas e passaram a ser vistas pelos agentes estatais como sujeitos de direitos. Não por acaso, a Rede Grupo de Trabalho Amazônico, que reúne aproximadamente 600 organizações, entre movimentos sociais, sindicatos e associações, considera que a experiência da FLONA de Tefé deve ser replicada para outras áreas protegidas da região (GTA, 2005).

A luta socioambiental era realidade para os moradores da FLONA de Tefé desde a década de 1960, ainda que não fosse assim denominada por eles nem por seus analistas. Apesar disso, a política nacional de meio ambiente, com sua estratégia de criação de áreas protegidas, só começa a ganhar sentido em suas vidas com a existência de políticas públicas concretas voltadas para os moradores das unidades de conservação.

Em outras palavras: graças às ações da política nacional de reforma agrária as restrições legais características de uma área protegida e o convite à co-gestão da unidade passam a fazer parte do cotidiano dos moradores da FLONA de Tefé: “Antes de ser apreciado pelo projeto do Inbra, as pessoas não tinham nenhum interesse, não davam muita importância para a preservação. Hoje os próprios moradores já estão exigindo que a gente seja mais rígido, não deixe o pessoal de fora invadir” (entrevista, comunidade São Sebastião, 2006).

Como consequência desse processo de implementação efetiva da unidade de conservação, os informantes do Mulato, São Sebastião e Vila São começam a se identificar como moradores da FLONA de Tefé e como co-responsáveis pela sua gestão. Talvez a maior mudança que a chamada reforma agrária ecológica tenha trazido aos assentados, até o momento, não seja material, mas identitária. Utilizamos aqui o conceito de identidade como uma estratégia organizativa, um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2005).

Mas para que a chamada co-gestão se efetive e não se torne uma congestão (como é ironicamente denominada), ainda há inúmeros obstáculos. Os presidentes das três associações de moradores da FLONA sofrem cobrança dos gestores federais para que atuem diretamente na fiscalização de crimes ambientais praticados na área, sem que tenham condições financeiras, de infra-estrutura ou de segurança para exercer essa atividade. O levantamento socioeconômico-ambiental realizado pelo Ibama ao longo de 2003 não identificou extração sistemática de madeira na unidade: de 30 pessoas indagadas sobre se tinham visto balsas carregando madeira nos últimos 12 meses, apenas quatro (13%) responderam

que tinham visto uma ou duas vezes (IBAMA, *op. cit*)¹⁸. Mas os informantes relataram que muitos “invasores” caçam e pescam ilegalmente na FLONA de Tefé e que a falta de um sistema de comunicação imediata das comunidades entre si e com a sede dos municípios vizinhos impede a notificação dessas ocorrências em tempo hábil. Além disso, eles estão cientes de que sofrem maior risco de morte que os fiscais profissionais, por viverem na área do conflito e não contarem com proteção policial, colocando em perigo inclusive membros de sua família.

Outro entrave ao exercício da fiscalização comunitária na FLONA de Tefé é a falta do Plano de Manejo da unidade. Sem esse importante documento de zoneamento, a discussão sobre acordos de pesca e a divulgação de regras mais claras para o uso dos recursos naturais da FLONA ficam pendentes. Apesar de não concluído, entretanto, o processo de elaboração participativa do plano já começa a apresentar efeitos no discurso dos agricultores: “A mata representa floresta amazônica. Devemos preservar a natureza porque ela é nossa mãe, sem ela as coisas certamente ficarão mais difíceis. A morte da floresta é o fim da nossa vida” (entrevista, comunidade Mulato, 2006). Ao falar sobre o significado da floresta, os informantes revelam sua familiaridade com ela: “Na floresta assim tem muita coisa que a gente sabe valorizar, muitas plantas. Se você trabalhar na sua terra, preserva uma madeira. Eu também acho muito bonito: tem terra firme que você entra e limpa, fica parecendo sítio” (entrevista, comunidade São Sebastião, 2006). Mas eles também indicam que têm consciência de que a floresta está em perigo e de que possuem um papel importante na sua proteção: “É como um desenho, algo muito importante de crescer, de ter as coisas dentro dela. Se a gente não procurar zelar, não vai ter futuro” (entrevista, comunidade Vila Sião, 2006).

¹⁸ É preciso olhar com cautela este dado, visto que a retirada de madeiras em unidades de conservação é crime e que o levantamento foi realizado por pesquisadores contratados pelo Ibama.

5 Considerações finais

É importante salientar que o objeto deste trabalho – a reforma agrária na FLONA de Tefé – é um processo social e, como tal, ainda em construção. Os resultados da pesquisa, portanto, não são conclusões fechadas sobre fatos predefinidos, mas uma leitura preliminar e cautelosa de um movimento, apontando caminhos para o seu entendimento presente e contribuindo, dessa forma, com sua construção futura.

Líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) argumentam que a chamada reforma agrária ecológica representa um mero processo de regularização fundiária, por meio do qual o governo federal maquia as estatísticas oficiais de famílias assentadas¹⁹. De fato, a principal característica desse modelo adotado na Amazônia é o processo de regularização fundiária diferenciado: no lugar da distribuição de terras a colonos, está o reconhecimento do direito de posse e uso de pessoas que já habitavam a região. Na FLONA de Tefé, porém, apesar de o processo de reforma agrária não estar concluído, diversas melhorias estão sendo percebidas pelos moradores como resultantes dele. Entre as principais, destacadas pelos próprios informantes, estão: a construção das novas moradias (com banheiro) e as aquisições coletivas feitas pelas associações de moradores (compra de barcos regionais e balieiras).

A criação de associações juridicamente constituídas, uma exigência formal do Incra para a distribuição dos créditos, é outra efeito perceptível da ação do Estado vivenciada pelas comunidades. Os informantes perceberam a constituição das Associações de Moradores dos Rios Tefé, Bauana e Curumitá de Baixo como algo positivo e a relacionaram aos benefícios que os créditos habitação e fomento trouxeram para suas comunidades. Mas, ao lado desses encontros, a aproximação entre as políticas fundiária e ambiental na FLONA de Tefé tem produzido também desencontros. O associativismo não está levando em consideração o processo histórico de nucleamento das comunidades ribeirinhas do Médio Solimões. Para que essas entidades se constituam de fato como sujeitos au-

¹⁹ Bernardo Mançano Fernandes, pesquisador-militante do MST, sustentou essa crítica em palestra realizada no VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, em Quito (Equador), no dia 23 de novembro de 2005.

tônomos, elas precisam dialogar melhor com o modelo tradicional de organização comunitária.

Com base na análise dos dados obtidos em campo, verifica-se que o processo de reforma agrária na FLONA de Tefé, até o momento, não teve efeitos significativos na produção e comercialização da farinha, fonte principal (quase sempre exclusiva) de renda das comunidades estudadas. Continua a predominar na região a cadeia de crédito e dívida alimentada por compradores de farinha que funcionam também como fornecedores de mercadorias industrializadas. É grande a expectativa dos informantes pela oportunidade de diversificar a produção e melhorar as condições de venda, a partir do financiamento do Pronaf. Mas, apesar de o cadastramento desses moradores da FLONA como assentados ter acontecido em 2002, quatro anos depois nenhum deles havia conseguido ainda acessar as linhas especiais de crédito.

Há estudiosos²⁰ que alertam que o associativismo formal e a distribuição de créditos podem provocar a inserção abrupta dos agricultores da FLONA de Tefé no modo de produção capitalista e a perda da sua cultura. Mas, como demonstrou Barth (2000), a identidade se fortalece na relação, não no isolamento. Por isso, apesar das inúmeras imposições da política nacional de reforma agrária, pudemos concluir que esses moradores estão buscando assumir o lugar de protagonistas no processo de reorganização socioprodutiva – e reivindicando do governo condições materiais para que possam exercer esse protagonismo. É tênue o limite entre a participação social e a mera legitimação de ações governamentais – e é justamente por essa corda bamba que caminham os agricultores e extrativistas do São João do Mulato, Vila Sião e São Sebastião.

²⁰ Como Ignacy Sachs (1993).

6 Referências

- ACSELRAD, H. Políticas Ambientais de construção democrática. In: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALMEIDA, A. W. B. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. *Revista Tipiti*. São Luís: Abong, 2001.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variáveis antropológicas*. Tradução de John Cunha Comenford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BORDIEU, P. A delegação e o fetichismo. In: BORDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994.
- CARVALHO, D. F. Globalização econômica, políticas públicas e exclusão social. In: CASTRO, Edna. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: NAEA, 2001.
- DIEGUES, A. C. Populações tradicionais: conceitos e ambiguidades. In: DIEGUES, A. C. *Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- GTA. *Relatório das oficinas de planejamento participativo de elaboração do Plano de Gestão do Corredor da Amazônia Central*. Manaus: MIMEO, 2005.
- GUSFIELD, J. R. *Community: a critical response*. New York: Harper & Row Publications, 1975.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HERÉDIA, B.; LEITE, S.; MEDEIROS, L. (org.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- HUMMEL, A. C. Uso múltiplo dos recursos florestais como princípio de sustentabilidade em Florestas Nacionais. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Volume 1. Curitiba: Rede Pró-UC, 2004.
- IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Versão preliminar do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé*. Brasília: MMA, 2004.

LEROY, J. P.; PACHECO, M. E. L. Reforma agrária e meio ambiente: a construção de uma nova territorialidade. *Revista Proposta*, n. 99, dez./fev. 2003/4.

LITTLE, P. E. Ambientalismos e Amazônia: encontros e desencontros. In: SAYAGO, Doris *et al.* *Amazônia: cenas e cenários*. Brasília: Editora UnB, 2004.

MACGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia. *Novos Cadernos – Nova Volume*, n. 2, nov., 1999.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994.

PAULA, E. A. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Tese de doutorado defendida no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

PEREIRA, H. *et al.* Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A. C. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub-USP, 2001.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel e Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. ; SIMONIAN, L. (org). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup – UFPA - NAEA, 2000.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

Artigo recebido para publicação em:

09 de junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em:

12 de outubro de 2008.

Como citar este artigo:

BRIANEZI, T. A Floresta Nacional de Tefé: encontros e desencontros das políticas ambiental e agrária na Amazônia. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 256-283, jul.-dez. 2008.